

A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA PERSPECTIVA DE UMA CIDADE INTELIGENTE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PLATAFORMA “FALA CURITIBA”

Andrea Cristina Lima Duarte Ferreira*

Mestranda em Gestão da Informação

 <https://orcid.org/0000-0002-5696-6862> E-mail: anduarteferreira@gmail.com

Taiane Ritta Coelho*

Doutora em Administração

 <https://orcid.org/0000-0003-2607-0704> E-mail: taianercoelho@gmail.com

* Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Departamento de Ciência e Gestão da Informação, Curitiba, PR, Brasil.

Submetido em: 26-11-2020	Reapresentado em: 10-02-2021	Aceito em: 11-02-2021
--------------------------	------------------------------	-----------------------

RESUMO

Este projeto se propõe a investigar o meio pelo qual gestores públicos procuram estreitar sua relação com os cidadãos em uma cidade inteligente, envolvê-los e aproximá-los da tomada de decisão. Esta pesquisa tem como objetivo analisar o impacto da participação cidadã na escolha das prioridades orçamentárias destinadas ao desenvolvimento da cidade de Curitiba, na perspectiva de uma cidade inteligente, utilizando para isso a plataforma de participação, *on line*, Fala Curitiba. O Fala Curitiba – Programa de Consulta Pública Municipal é o modelo de consultas públicas da Prefeitura Municipal de Curitiba, no qual a população participa de maneira decisiva da construção das peças orçamentárias do Município. Como o foco principal de discussão são as áreas da informação, tecnologia e gestão, a pesquisa será realizada por meio de um estudo de caso, utilizando uma abordagem com enfoque exploratório de forma descritiva e analítica dos fenômenos observados. Como resultados pretende-se demonstrar que a participação cidadã em plataformas tecnológicas busca um

aumento da contribuição do cidadão, o seu engajamento na construção de políticas públicas, a proximidade e o entendimento das limitações orçamentárias de uma cidade inteligente. Contudo, será necessário demonstrar os benefícios e os desafios da implementação de uma plataforma de participação, visando a produção coletiva e os resultados obtidos, obtendo com isso a ampliação da participação popular, o empoderamento do cidadão em relação a tomada de decisão no governo e a ampliação do uso da tecnologia para todos.

Palavras-chave: eParticipação. Cidades Inteligentes. Participação Cidadã. Consultas Públicas.

CITIZEN PARTICIPATION IN THE PERSPECTIVE OF AN INTELLIGENT CITY: A CASE STUDY ON THE “FALA CURITIBA” PLATFORM

ABSTRACT

This project aims to investigate how public managers seek to strengthen their relationship with citizens in an intelligent city, involve them and bring them closer to decision making. This research aims to analyze the impact of citizen participation in the choice of budgetary priorities for the development of the city of Curitiba, from the perspective of an intelligent city, using the participation platform, online, Fala Curitiba. The Fala Curitiba - Municipal Public Consultation Program is the model of public consultations of the City Administration of Curitiba, in which the population participates decisively in the construction of the budget pieces of the city. As the main focus of the discussion is the areas of information, technology, and management, the research will be conducted through a case study, using an exploratory approach descriptively and analytically of the phenomena observed. The results are intended to demonstrate that citizen participation in technology platforms seeks an increase in citizen contribution, their engagement in the construction of public policies, proximity, and understanding of the budgetary limitations of an intelligent city. However, it will be necessary to demonstrate the benefits and challenges of implementing a participation platform, aiming at collective production and the results obtained, thus achieving an increase in popular participation, citizen empowerment concerning government decision making, and an increase in the use of technology for all.

Keywords: *eParticipation. Smart Cities. Citizen Participation. Public Consultations.*

1 INTRODUÇÃO

Com o passar do tempo as características originais de uma cidade se transformam, elas assumem uma nova conformação devido ao seu contexto histórico, social, econômico, político e cultural. A transformação das cidades ocorre devido ao modo de produção e as relações sociais, ou seja, considerando o desenvolvimento humano e a ocupação do seu território (GUERREIRO, 2006).

O fenômeno da urbanização como processo histórico tem sido afiliado ao crescimento econômico, à diminuição dos índices de fertilidade, a uma maior expectativa de vida, à maior longevidade da população e aos deslocamentos geoespaciais. O avanço da técnica e da ciência fez com que a informação ganhasse impulso e velocidade como nunca dantes ocorrera e alcançando espaços de difícil acesso. O próprio fenômeno da urbanização e o seu decorrente processo de expansão urbana são fomentos e objetos dessa aceleração das tecnologias, principalmente como resultado do que trouxera a Revolução Industrial (CABRAL; CÂNDIDO, 2019).

No século 21, a concentração da população em cidades continua aumentando. As próximas décadas trarão mudanças profundas no tamanho e distribuição da população global. A contínua urbanização e o crescimento geral da população fará com que 2,5 bilhões novas pessoas passem a viver em áreas urbanas em 2050, que abarcarão mais de 6 bilhões de habitantes dos 9,6 bilhões previstos para essa data (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2014).

Este aumento significativo traz novos desafios para os governos, a fim de enfrentar seus efeitos negativos, tais como congestionamento de tráfego, gestão de resíduos, acesso a recursos, segurança pública etc. (SIMONOFSKI *et al.*, 2019). A tendência de uma cidade inteligente (ou em inglês *smart city*) surge como uma possível solução para estes problemas.

O termo Smart City, traduzido para português como Cidades Inteligentes, surgiu no final dos anos 90 em um movimento que defendia novas políticas de planejamento urbano (OLIVEIRA; CARVALHO; AGUIAR, 2019). Cunha *et al.* (2016) apresenta as *smart cities* como um fenômeno inserido num cenário caracterizado por duas megatendências que determinam a transformação da sociedade contemporânea. Um movimento de urbanização, ou seja, uma megatendência que irá marcar o século XXI, mais de 50% da população mundial vive nas cidades. E a revolução digital, com o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), na qual proliferam-se os dispositivos fixos e móveis conectados, a chamada hiperconectividade, dá oportunidade ao que se denomina sociedade colaborativa (CUNHA *et al.*, 2016).

Uma cidade inteligente não pode se basear unicamente nas capacidades tecnológicas das empresas integradoras de sistemas ou na visão dos gestores urbanos, por mais bem-intencionados ou mais competentes que sejam. A cidade inteligente precisa gerar compromisso com o cidadão (CUNHA *et al.*, 2016). Neste sentido, uma cidade inteligente deve fomentar a discussão e o debate com as pessoas que nela vivem.

Coelho, Cunha e Pozzebon (2018) dizem que na participação mediada pelas TIC (eParticipação), que conecta governos e cidadãos, são criados espaços e novas oportunidades por colaboração e por influenciar a tomada de decisão pública. A participação cidadã em plataformas tecnológicas busca um aumento da contribuição do cidadão, seu engajamento na construção de políticas públicas, a proximidade e o entendimento das limitações orçamentárias, além de encorajar as pessoas a fazerem parte dos resultados obtidos no planejamento de uma cidade (MEDAGLIA, 2012; MACINTOSH, 2004).

A Internet pode trazer novas possibilidades para a inclusão de cidadãos na fase de planejamento de uma cidade inteligente, porque o tempo ou restrições de espaço podem desencorajar a participação do cidadão nos métodos tradicionais. As plataformas centralizadas permitem a comunicação entre as partes interessadas na tomada de decisão, votação ou processos de debate e podem ser controladas pelos governos. Esse tipo de sistema pode ser aplicado em um contexto de cidade inteligente para estimular a contribuição do cidadão (SIMONOFSKI *et al.*, 2017).

O conceito de participação não é novo, mas a literatura de cidades inteligentes lançou uma nova luz sobre a necessidade de métodos inovadores (possibilitados ou não por novas tecnologias) que pudessem ser dimensionados até o nível da cidade (SIMONOFSKI *et al.*, 2021). Neste sentido, mais pesquisas são necessárias para entender o impacto da participação em cidades inteligentes (SIMONOFSKI *et al.*, 2017; SIMONOFSKI *et al.*, 2021).

E finalmente as consultas públicas online representam uma espécie de atualização dos meios de proteção e fortalecimento dos direitos políticos, com o suporte das novas tecnologias. De forma decisiva para um cenário em que novos e

apropriados formatos de participação política, as consultas públicas têm o potencial de promover transformações relevantes no modo pelo qual políticas públicas são criadas e dimensionadas diante das demandas sociais em uma cidade (ROTHBERG, 2010).

Diante deste contexto, esse projeto busca responder a seguinte questão: Como a participação eletrônica pode contribuir para o desenvolvimento de ações em uma cidade inteligente? Em consonância com a questão de pesquisa estabelecida, o objetivo geral desta pesquisa é identificar as potenciais contribuições da participação cidadã na escolha das prioridades orçamentárias destinadas ao desenvolvimento da cidade. Especificamente, objetiva-se:

- a) realizar o levantamento teórico sobre plataformas de participação em cidades inteligentes;
- b) levantar modelos de avaliação de impacto da participação eletrônica em processos deliberativos na gestão pública;
- c) analisar experiências municipais com plataformas de participação eletrônica em processos deliberativos de consultas públicas;
- d) demonstrar os benefícios e os desafios da implementação de uma plataforma de participação;
- e) identificar se a plataforma de participação coopera para que os anseios da população estejam sendo bem representados e incorporados ao planejamento da cidade.

Essa pesquisa busca contribuir para a formulação de um arcabouço teórico e de análise das informações encontradas numa plataforma de participação, servindo como subsídio para estudos sobre a temática de participação eletrônica em cidades inteligentes. Neste estudo estarão presentes elementos da área de tecnologia da informação e comunicação (TIC), gestão da informação e administração pública.

Na primeira etapa deste estudo, por meio dos dados primários serão evidenciadas informações que possam vir a impulsionar uma discussão de como a participação eletrônica pode contribuir para o desenvolvimento e a transformação de

uma cidade. Na segunda etapa, apresenta-se o impacto da participação eletrônica numa cidade inteligente por meio dos resultados obtidos em processos deliberativos como as Consultas Públicas. Por fim, buscar-se-á identificar se a plataforma de participação coopera para que as prioridades que estão sendo eleitas estão de fato impactando no desenvolvimento da cidade.

Como contribuição prática, pretende-se ainda demonstrar que os meios tecnológicos permitem a ampliação do debate em complementação à formação de decisões coletivas em participações presenciais e detalhar as etapas da participação eletrônica, numa perspectiva de gerenciamento informacional.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este projeto de pesquisa está pautado nos temas de cidades inteligentes e participação eletrônica (eParticipação). Discorre sobre cidades inteligentes e a importância da eParticipação e do monitoramento de informação para a tomada de decisão pública.

2.1 SMART CITIES

De acordo com Nam e Pardo (2011), cidades inteligentes são aquelas que têm por objetivo a melhoria na qualidade dos serviços aos cidadãos. Pode-se pensar em inteligência como uma ação contínua em que o governo local, funcionários, cidadãos e outras partes interessadas pensam e implementam iniciativas que se esforçam para tornar uma cidade um lugar melhor para morar, mais inteligente (CHOURABI *et al.*, 2012). Já no entendimento de Giffinger e Gudrun (2010), as cidades inteligentes são aquelas que bem realizam a visão de futuro em várias vertentes – economia, pessoas, governança, mobilidade, meio ambiente e qualidade de vida – e são construídas sobre a combinação inteligente de atitudes decisivas, independentes e conscientes dos atores que nelas atuam.

O rápido crescimento da população urbana está causando uma variedade de problemas, como por exemplo, a dificuldade na gestão de resíduos, a escassez de

recursos, poluição do ar, problemas com a saúde humana, congestionamento do tráfego e deterioração da infraestrutura. Este cenário exige que os gestores das cidades encontrem novas maneiras de gerenciar os desafios e as cidades precisam urgentemente de arranjos organizacionais e institucionais inovadores para resolver estes problemas (CHOURABI *et al.*, 2012; PRZEYBILOVICZ; CUNHA, 2019).

A cidade inteligente pode usar a TI para aprimorar debates críticos sobre o tipo de cidade que deseja ser em que tipo de cidade as pessoas querem viver (PRZEYBILOVICZ; CUNHA, 2019). No entanto, o estabelecimento de sistemas integrados baseados em TICs não é um fim em si, mas mecanismos por meio dos quais os serviços são fornecidos e as informações são compartilhadas para melhorar o funcionamento da cidade (NAM; PARDO, 2011). Comunidades inteligentes podem também oferecer uma oportunidade para melhorar a participação cidadã e a influência sobre a tomada de decisão local.

2.2 ePARTICIPAÇÃO

As ponderações sobre democracia eletrônica ou digital aparecem relacionadas, em geral, à capacidade do novo ambiente de informação e comunicação em oferecer suporte para processos de tomada de decisão governamental, facilitar mecanismos de transparência nas ações do Estado e maior controle social, bem como promover a participação do cidadão na vida pública. Os dois primeiros itens aparecem na literatura, usualmente, ligados às iniciativas governamentais, muitas vezes denominadas de governo eletrônico (PINHO, 2012). Dentro da democracia, tem-se a participação mediada pelas TIC (eParticipação), que conecta governos e cidadãos, cria espaços e novas oportunidades por colaboração e por influenciar a tomada de decisão pública (COELHO; CUNHA; POZZEBON, 2018).

Coelho (2018) mostra que uma série de estudos realizados em torno da eParticipação, apontam que existem diversos fatores que afetam a adoção das TIC para a participação na tomada de decisão pública, dentre eles as características dos municípios, custos de implementação, fatores contextuais, orientação política.

Apresenta ainda diversos autores que investigam a avaliação de plataformas e iniciativas de participação, o que se pretende realizar no referido estudo (COELHO, 2018).

Sæbø, Rose e Molka-Danielsen (2009) mostram que os políticos e os cidadãos são os principais atores envolvidos numa discussão onde são tratadas questões de formulação de políticas públicas, ressaltando a importância da interpretação dos resultados da participação e sua disseminação no processo político, além dos mecanismos de feedback. Para os autores, os resultados e efeitos das atividades de eParticipação podem ser medidos, por exemplo, ao considerar a quantidade de participação (como um marcador para o engajamento civil), dados demográficos (frequentemente empregados para descobrir quais grupos da sociedade estão engajados, ou beneficiam), e tom e estilo (considerado um marcador qualitativo para efeitos deliberativos) (SÆBØ; ROSE; FLAK, 2008).

Em diferentes regiões do mundo, os governos implementaram plataformas de participação para se conectar com os cidadãos, melhorando a eficiência, confiança e transparência (SUSHA; GRÖNLUND, 2012). O uso das TICs no governo possibilita a ampliação da participação popular e a prestação de contas por parte do governo, permitindo que os cidadãos fiscalizem a ação do Poder Público e participem das decisões sobre o orçamento e o planejamento das ações para a cidade. Além disso, proporciona ganhos de eficiência e eficácia na gestão pública, melhorando processos e fluxo de informações, e amplia a qualidade da prestação de serviços públicos (CUNHA; POZZEBON, 2009).

Com foco na interação entre os atores, a participação pode ser consultiva ou deliberativa (AINSWORTH; HARDY; HARLEY, 2005). De acordo com os autores, a participação é deliberativa, quando a decisão é proveniente da interação entre o governo e o cidadão, conduzido por um processo multidirecional e colaborativo. É consultiva, quando a comunicação é vertical entre governo e cidadão no compartilhamento de informação, mas o poder de decisão é do governo.

De caráter consultivo, as consultas públicas possibilitam um tipo direto de participação, sem intermediários ou representantes. São realizadas por agências

reguladoras e pelo poder executivo, utilizando-se dos mais diversos mecanismos, de formulários à sistemas interativos. Segundo o artigo 17 do decreto federal 8.243 de maio de 2014, as consultas públicas passam a ter como uma de suas diretrizes a utilização da Internet e de TIC (JUSBRASIL, 2014). Isto é importante pois, mesmo levando em conta a questão da exclusão digital, a tecnologia pode diminuir os custos de participação (MEIRELES; SILVA; CAMARA, 2018). Entretanto, além da Tecnologia da Informação, devemos considerar como ocorre um processo informacional numa organização pública e como isso irá impactar definitivamente na tomada de decisões pública.

Entende-se uma arquitetura informacional como um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como às pessoas obtêm, distribuem e usam a informação e o conhecimento. E neste contexto o acesso envolve não apenas a capacidade de abarcar a informação como as mãos e a mente, mas também estruturar um sistema de informação compreensível e que permita extrair dele o que interessa (DAVENPORT, 1998). O autor ainda mostra que o mais importante é identificar todos os passos de um processo informacional, todas as fontes envolvidas, todas as pessoas que afetam cada passo, todos os problemas que surgem, e que possam indicar o caminho para mudanças significativas.

Uma política de gestão de informações leva em conta a complexidade do ambiente e oferece orientação sobre a maneira pela qual a informação deve ser criada, utilizada e conservada. Em organizações governamentais, ela objetiva o cumprimento de leis, regulamentos, apoio à programas de governo, realização de prioridades estratégicas e capacidade do governo de cumprir suas obrigações (MIRANDA, 2010).

Nos espaços de participação surgem projetos e políticas estatais. Os movimentos sociais e as políticas governamentais possuem então uma relação direta, na qual se inserem mecanismos de TIC como instrumentos ligados às práticas de governança. A formação da sociedade se dá em grande parte pelo controle dos gastos do governo, ou seja, alocar orçamentos para promover direções específicas sobre o desenvolvimento social (SÆBØ; ROSE; MOLKA-DANIELSEN, 2009).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo será realizado por meio de um estudo de caso (YIN, 2001), pois trata de fenômenos contemporâneos no contexto da vida real, em uma perspectiva de análise transversal. Será considerado o impacto do uso da plataforma de participação, numa perspectiva de democracia digital na plataforma de participação “Fala Curitiba”, utilizando uma abordagem com enfoque exploratório de forma descritiva e analítica dos fenômenos.

Para a coleta de dados, será realizada pesquisa documental, consulta em banco de dados e entrevistas em profundidade. Serão coletados dados primários por meio de entrevistas e dados secundários, analisando-se documentos como projetos, relatórios, reportagens e informações provenientes do banco de dados da plataforma Fala Curitiba. Serão realizadas entrevistas com envolvidos nos processos de participação (gestores públicos, profissionais de TI e cidadãos).

Quanto ao desenvolvimento do estudo e sua conclusão, entende-se a necessidade de demonstrar uma análise minuciosa das informações e do conhecimento gerados neste processo. Para tal análise, será realizada análise de conteúdo, um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados (BARDIN, 2011).

3.1 O FALA CURITIBA

A escolha pelo projeto Fala Curitiba se deu pelo acesso e relevância do caso. Curitiba é conhecida como berço em inovações e atualmente é a terceira cidade mais inteligente do país segundo o Ranking *Connected Smart Cities* (2020). Entre as inovações está o Fala Curitiba, uma forma de captar informações por meio da participação do cidadão, tanto digital quanto presencial.

O Fala Curitiba – Programa de Consulta Pública Municipal é o modelo de Consultas Públicas da Prefeitura de Curitiba, no qual a população participa de maneira

decisiva da construção das peças orçamentárias do Município, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA. O projeto foi lançado em 2017. Para sua terceira edição, criou-se um Sistema Informatizado e um Portal para o cidadão, com o objetivo de oferecer uma plataforma moderna e responsiva que incentive a população a participar na construção das peças orçamentárias do município de Curitiba, além de apoiar o Instituto Municipal de Administração Pública - IMAP, gestor do referido programa, na execução, monitoramento e disseminação deste processo na Prefeitura de Curitiba e comunidade local.

O novo sistema, em seu módulo gestor permite o cadastro de diversas fases do programa, como LDO Credenciamento, Reunião de Bairros, LOA, Votação e tantas quantas forem necessárias. Para os gestores do programa Fala Curitiba, o sistema apresenta, de maneira georreferenciada, quais são as políticas públicas mais requisitadas por regional, cruzando informações de localização dos endereços dos cidadãos que participaram da consulta e da avaliação dos equipamentos públicos da cidade, facilitando o trabalho diário e apoiando no planejamento e tomada de decisões. O aspecto de responsividade do portal, ou seja, uma plataforma desenvolvida com layout que se adapta a diversos dispositivos, como computador, tablet e smartphones, oportunizou o aumento, a abrangência e o alcance para a população, propiciando assim a participação de todos interessados em contribuir para o alicerce de uma cidade inteligente.

4 CRONOGRAMA DA PESQUISA

Para realizar esta pesquisa, as seguintes atividades, expostas no quadro a seguir, serão necessárias.

Quadro 1 – Cronograma de Pesquisa

Atividades	Definição da Pesquisa	Leitura da Parte Teórica	Levantamento de Dados	Aplicação de Instrumentos de Pesquisa	Análise dos Dados e Organização dos Resultados	Redação da Primeira Parte	Redação da Segunda Parte	Redação da Introdução e Conclusão	Qualificação da Dissertação	Revisão da dissertação para a defesa	Defesa da Dissertação
Mês											
01	■										
02	■										
03	■										
04	■										
05	■										
06	■										
07	■										
08	■		■								
09	■		■								
10	■		■								
11	■		■	■							
12	■		■	■	■						
13	■		■	■	■	■					
14	■		■	■	■	■	■				
15	■		■	■	■	■	■	■			
16	■		■	■	■	■	■	■	■		
17	■		■	■	■	■	■	■	■	■	
18	■		■	■	■	■	■	■	■	■	
19	■		■	■	■	■	■	■	■	■	
20	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■
21	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■
22	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■
23	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■
24	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Esta proposta de pesquisa busca trazer contribuições científicas sobre a análise do impacto da participação eletrônica na escolha das prioridades orçamentárias destinadas ao desenvolvimento de uma cidade. Observa-se ainda a necessidade de realizar levantamento teórico sobre plataformas de participação e investigar modelos de avaliação de impacto da participação digital em consultas públicas. Além disso, recomenda-se analisar o processo de planejamento, implementação e avaliação de

experiências municipais em plataformas de participação (COELHO, 2018).

Contudo, busca-se também apontar contribuições práticas, ao demonstrar os benefícios e os desafios da implementação de uma plataforma de participação como o Fala Curitiba, visando a produção coletiva e os resultados obtidos. A compreensão da participação digital como um mecanismo que permeia todo o processo informacional pode ser útil para gestores públicos e especialistas que desenham processos de participação. Para avaliar uma plataforma de participação se faz necessário analisar como são utilizados os canais virtuais para promover participação e como é gerado o conhecimento para pensar em soluções que impactam o desenvolvimento de uma cidade. Demonstrar que os meios tecnológicos permitem a ampliação do debate em complementação à formação de decisões coletivas em participações presenciais e detalhar todas as etapas pelo qual passou o programa, numa perspectiva de gerenciamento informacional, pode apontar caminhos para que especialistas em participação desenhem plataformas mais inclusivas e deliberativas.

REFERÊNCIAS

AINSWORTH, Susan; HARDY, Cynthia; HARLEY, Bill. Online Consultation: E-Democracy and E-Resistance in the Case of the Development Gateway. **Management Communication Quarterly**, v. 19, n. 1, p. 120–145, ago. 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CABRAL, Laíse do Nascimento; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Urbanização, vulnerabilidade, resiliência: relações conceituais e compreensões de causa e efeito. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, vol. 11, p. 1-13, fev. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2175-33692019000100225&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2020.

CHOURABI, Hafedh *et al.* Understanding Smart Cities: An Integrative Framework. *In*: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES (HICSS), 45., 2012, Manoa – HI. **Proceedings** [...]. Manoa, HI: Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE), 2012.

COELHO, Taiane Ritta. **Análise de poder nas plataformas de participação digital e a influência em políticas públicas**. Orientadora: Maria Alexandra Viegas Cortez da

Cunha. 2018. 252 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), São Paulo, 2018.

COELHO, Taiane Ritta; CUNHA, Maria Alexandra; POZZEBON, Marlei. Practices on Digital eParticipation Platforms to Influence Public Policy: Cases from Brazil. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS, 39., 2018, San Francisco. Proceedings [...]. San Francisco, 2018. [eParticipation and Public Policies: Cases from Brazil]

CUNHA, Maria Alexandra *et al.* **Smart Cities: Transformação digital de cidades**. 1. ed. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania - PGPC, 2016.

CUNHA, Maria Alexandra; POZZEBON, Marlei. O uso de tecnologias da informação e comunicação para melhoria da participação na tomada de decisão pública. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. **Anais** [...], São Paulo: ANPAD, 2009.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da Informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da Informação**. São Paulo: Futura, 1998.

GIFFINGER, Rudolf; GUDRUN, Haindlmaier. Smarter cities ranking: an effective instrument for the positioning of cities? **ACE: Architecture, City and Environment**, ano 4, n. 12, p. 7-15, fev. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228915976_Smart_cities_ranking_An_effective_instrument_for_the_positioning_of_the_cities. Acesso em: 10 jul. 2020.

GUERREIRO, Evandro Prestes. **Cidade digital: infoinclusão social e tecnologia em rede**. São Paulo: Senac, 2006.

JUSBRASIL. **Decreto 8243/14 | Decreto nº 8.243**, de 23 de maio de 2014. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/120466065/decreto-8243-14>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MACINTOSH, Ann. "Caracterizando a participação eletrônica na formulação de políticas". In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO HAVAÍ SOBRE CIÊNCIAS DO SISTEMA, 37., 2004, Havaí. **Anais** [...]. Big Island, Havaí: [s.n.], 2004, pp. 1-10.

MEDAGLIA, Rony. eParticipation research: Moving characterization forward (2006-2011). **Government Information Quarterly**, v. 29, n. 3, p. 346-360, jul. 2012.

MEIRELES, Adriana Veloso; SILVA, Thiago Barros Pontes e; CAMARA, Rogério José. Democracia Digital: Consultas Públicas Interativas. **Design & Tecnologia**, v. 8, n. 15, p. 81-95, jun. 2018. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/det/index.php/det/article/view/477/239>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MIRANDA, Silvânia Vieira de. A gestão da informação e a modelagem de processos. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v. 61, n.1, p. 97-112, jan/mar. 2010.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Cidades terão mais de 6 bilhões de habitantes em 2050, destaca novo relatório da ONU**. 2014. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/66611-cidades-terao-mais-de-6-bilhoes-de-habitantes-em-2050-destaca-novo-relatorio-da-onu>. Acesso: 2 ago. 2020.

NAM, Taewoo; PARDO, Theresa A. Conceptualizing Smart City with Dimensions of Technology, People, and Institutions. In: ANNUAL INTERNATIONAL CONFERENCE ON DIGITAL GOVERNMENT RESEARCH, 12. 2011, New York. **Proceedings** [...]. New York: Association for Computing Machinery, 2011. Disponível em: http://www.ctg.albany.edu/publications/journals/dgo_2011_smartcity/dgo_2011_smartcity.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

OLIVEIRA, Patrícia Pacheco Alves de; CARVALHO, Hugo Bona de; AGUIAR, Beatriz Natália Guedes Alcoforado. SMART CITIES NO BRASIL - REALIDADE OU AINDA SONHO? In: LOMBARDI, Anna Paula (org.). **Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 2**,. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, v. 2). Cap. 1. p. 1-12.

PINHO, José Antonio Gomes de (org). **Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas**. Salvador: EDUFBA, 2012.

PRZEYBILOVICZ, Erico; CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da. Governando Iniciativas de Cidade Inteligente: Compreendendo a Formação de Arranjos de Governança. In: ENCONTRO DA ANPAD – ENANPAD, 43., 2019, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPAD, 2019. p. 1-16. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336879782_Governando_Iniciativas_de_Cidade_Inteligente_Compreendendo_a_Formacao_de_Arranjos_de_Governanca. Acesso em: 10 jul. 2020.

ROTHBERG, Danilo. Contribuições a uma teoria da democracia digital como suporte à formulação de políticas públicas. In: REVISTA IBEROAMERICANA DE CIENCIA, TECNOLOGÍA Y SOCIEDAD, Buenos Aires, v. 5, n. 14, p. 87-105, maio. 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1850-00132010000100004&script=sci_arttext&tIng=en. Acesso em: 27 fev. 2020.

SÆBØ, Øystein; ROSE, Jeremy; FLAK, Leif Skiftenes. The shape of eParticipation: characterizing an emerging research area. **Government Information Quarterly**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 400-428, jul. 2008. Elsevier BV.

<http://dx.doi.org/10.1016/j.giq.2007.04.007>. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0740624X0700055X>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SÆBØ, Øystein; ROSE, Jeremy; MOLKA-DANIELSEN, Judith. EParticipation: designing and managing political discussion forums. **Social Science Computer Review**, [S.L.], v. 28, n. 4, p. 403-426, set. 2009. SAGE Publications. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1177/0894439309341626>. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/235721815_eParticipation_Designing_and_Managing_Political_Discussion_Forums. Acesso em: 10 jul. 2020.

SIMONOFSKI, Anthony *et al.* Citizen Participation in Smart Cities: Evaluation Framework Proposal. *In*: CONFERENCE ON BUSINESS INFORMATICS (CBI), 19., 2017, Thessalonili, GR. **Proceedings** [...]. Thessalonili, GR: IEEE, 2017. p. 327-345. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1109/cbi.2017.21>. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/318744709>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SIMONOFSKI, Anthony *et al.* Investigating context factors in citizen participation strategies: a comparative analysis of swedish and belgian smart cities. **International Journal of Information Management**, [S.L.], v. 56, p. 1-10, fev. 2021. Elsevier BV.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2019.09.007>. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0268401219302439>. Acesso em: 05 fev. 2021.

SUSHA, Iryna; GRÖNLUND, Åke. “Pesquisa de participação: sistematizando o campo”. **Government Information Quarterly**, v. 29, n. 3, p. 373-382, 2012.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Declaração de Contribuição dos Autores

Andrea Cristina Lima Duarte Ferreira – Conceptualização – Curadoria dos Dados – Análise Formal – Investigação – Metodologia - Administração do Projeto - Validação – Visualização – Escrita (rascunho original) – Escrita (análise e edição).

Taiane Ritta Coelho – Conceptualização – Metodologia – Administração do Projeto – Supervisão – Validação – Visualização – Escrita (rascunho original) – Escrita (análise e edição).